

IX ENCONTRO DA ABCP

Gênero, Democracia e Políticas Públicas

GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOBRE POLÍTICA EM BRASÍLIA

Daniela Peixoto Ramos
Universidade de Brasília

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOBRE POLÍTICA EM BRASÍLIA

Daniela Peixoto Ramos
Universidade de Brasília

Resumo do trabalho:

Com base na premissa, feita pela literatura feminista, de que a divisão sexual do trabalho é determinante de identidades de gênero e de perspectivas sociais distintas que têm impacto sobre o comportamento político, a pesquisa de que trata este artigo analisa representações sobre gênero e política, captadas por meio de entrevistas qualitativas com mulheres e homens residentes em bairros de classe média e popular no Distrito Federal. As representações de masculinidade e feminilidade, suas transformações e sua relação com a identidade política de homens e mulheres são examinadas. Como resultado, tem-se que práticas e representações tradicionais ainda são bastante aceitas embora se reconheçam mudanças na ordem social de gênero. O entendimento e a avaliação da política institucional com base em valores familiares são feitos extensivamente, com relação aos seguintes aspectos: papel dos governantes, avaliação de candidata/os, prevalência dos homens na política e organização da ordem social. Em especial, o argumento de que a maternidade é a característica definidora da feminilidade e referência principal de sua inserção política é discutido à luz da permanência de dimensões estruturais importantes das identidades de gênero compassivas.

Palavras-chave:

Palavras-chave: Representações sociais, Divisão sexual do trabalho, comportamento político

Introdução

A divisão sexual do trabalho relega as mulheres a uma situação inferior em termos de acesso a recursos políticos e as leva a desenvolver representações e vivências da política distintas das masculinas porque marcadas pela localização estrutural de gênero. Neste artigo, este argumento será brevemente discutido do ponto de vista teórico e apresentar-se-ão alguns resultados de investigação qualitativa, relativa a como as representações da política se diferenciam por gênero e como as representações de gênero e de política se interrelacionam. O foco aqui está na relação entre representações de masculinidade e feminilidade e sua relação com representações sobre política. O argumento de que a maternidade é a característica definidora da feminilidade e referência principal de sua inserção política é discutido à luz de discursos que utilizam estereótipos de gênero para explicar a participação da mulher na política. Trata-se de uma investigação de diferenças de gênero que se revelam discursivamente, visto que é por meio do discurso que se articulam identidades e se promovem comportamentos, mas que importam sobretudo porque estão na raiz de desigualdades de gênero e políticas.

1. Divisão sexual do trabalho e inserção política

A suposição de que mulheres e homens pensem a política de formas distintas está baseada na premissa de que a “experiência da marginalização” (Williams, 1998, p. 15), sofrida por mulheres e outros “grupos marginalizados imputados” - sujeitos a “padrões de desigualdade social e política estruturados de acordo com o pertencimento de grupo” -, é capaz de dar origem a “perspectivas” (Young, 2000), isto é, formas específicas e situadas de ver o mundo que caracterizam os membros de tais grupos. Williams julga que tais grupos desenvolvam mesmo uma identidade política própria, desvalorizada pela cultura dominante, o que significa que há um estigma em relação aos membros destes grupos que “limita a agência dos indivíduos” que os compõem. Portanto, mulheres desenvolveriam visões sobre a política marcadas pelas limitações decorrentes de sua experiência social desfavorecida.

A marginalização feminina decorre da existência, como argumenta Pateman (1989), de uma dicotomia entre esferas pública/privada, subjacente à qual estão diversas outras, de caráter igualmente hierárquico (natureza/cultura, irracionalidade/razão), que reforçam a exclusão das mulheres da esfera tida como a mais nobre e mais importante da sociedade por enquadrá-las como incapazes de desenvolver o senso de justiça e racionalidade requerido de cidadãos plenos. A divisão sexual do trabalho segue as linhas desta dicotomia por ser derivada dela. Trata-se de uma “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, caracterizada pela “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, da apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticas, religiosas, militares etc)” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 132).

Como a definição acima implica, pode-se falar não apenas em divisão sexual do trabalho na família, mas também em outras esferas, e também em divisão sexual de poder e do trabalho político, como fazem diversos autores¹. Desigualdades dentro da família estão alinhadas com desigualdades na economia e política, num círculo vicioso. Burns (2009) propõe o entendimento desse processo a partir de um modelo de sobreposição cumulativa de desvantagens (menor quantidade de recursos de ordens diversas, principalmente econômica) que culmina no acesso desigual ao poder político-institucional. A origem na família seria determinante de sua configuração social também em outros âmbitos. A desigualdade de gênero, ao contrário de outras, como as de classe e raça, se constroi de forma irrefletida entre pessoas que convivem intimamente e possuem laços fortes, assentados em valores de honra e afetividade, relacionados a cuidar dos filhos e de outros familiares. Trata-se de uma desigualdade sub-reptícia, mascarada e duradoura porque encoberta por relações de amor entabuladas por familiares e amigos num contexto supostamente marcado pelo consenso e altruísmo e desprovido de assimetrias de poder. Dado que o cuidado sequer costuma ser encarado como “trabalho”, sendo antes caracterizado como um conjunto de atos de amor e devoção, torna-se difícil discutir quem deverá executar que fração dele. E ao concentrar-se (quase) todo desse cuidado na mulher, que se considera ter as disposições naturais para tal, estabelece-se uma divisão de trabalho que expressa a forma mais acabada de organização familiar.

O fato de as mulheres serem as únicas ou principais cuidadoras dos filhos tem, portanto, “consequências enormes para o tipo de pessoas que nos tornamos, a estrutura do mercado de trabalho e quem detém o poder estatal” (Phillips, 2002, p. 75). Esse argumento remete à questão das interligações entre esferas doméstica/privada e pública. Vistas como opostas, as características de uma adquirem sentido em comparação com as da outra. A esfera pública é, tradicionalmente, a esfera do político, onde os homens se reúnem para discutir as questões da coletividade e exercitar suas mais nobres virtudes ao passo que a privada é a esfera da sujeição “natural” da mulher. No entanto, uma está proximamente ligada à outra no sentido de que, por exemplo, é o trabalho doméstico realizado pela mulher que permite ao homem aceder à vida pública como trabalhador. Quando se torna trabalhadora, a mulher não o faz nas mesmas condições que os homens devido à “segregação sexual da força de trabalho” (Pateman, 1988, p.132), que assigna a elas as piores ocupações em termos salariais e de status, privando-as também do desenvolvimento de habilidades cívicas e outros recursos importantes politicamente – contatos e renda - por inseri-las de modo mais precário no mercado de trabalho.

¹ Ver Sapiro (1984, p. 14) e Miguel (2001), por exemplo.

A partir da família, portanto, a desigualdade se estende para as demais esferas sociais, inclusive a política, o que garante sua continuidade. O desenvolvimento da ambição política para candidatar-se a um cargo público é apenas a fase final de um processo que se inicia antes e em outras esferas. Ao passarem por processos de socialização de gênero e política distintos e frequentarem, ao longo da vida, espaços sociais que os tratam também desigualmente, homens e mulheres adquirem representações políticas distintas. A desigualdade inicial é exacerbada por outras esferas e instituições, notadamente a escola, o mercado de trabalho e o campo político, que também utilizam e recriam representações de gênero, oriundas da divisão sexual do trabalho no âmbito domiciliar, para alocar homens e mulheres seletivamente e destinar-lhes montantes desiguais de recursos de poder. Por sua vez, indivíduos utilizam representações de gênero para pensar a política.

1.1 - Mulheres e sua perspectiva política

Há autoras feministas que procuram salientar o aporte distinto que as mulheres têm provido à política a partir de sua localização estrutural específica. Feministas do pensamento maternal, como Elshtain (1998), por exemplo, pretendem valorizar positivamente as experiências das mulheres em suas “diferenças” e até mesmo afirmar a superioridade moral das mulheres em relação aos homens, que é vista como ensejando uma concepção de política própria e uma forma de poder também específica. Para essa proposta, o feminismo não deveria se espelhar num modelo de comportamento masculino, mas na busca da valorização da feminilidade e do privado, tradicionalmente associados a valores como interdependência, comunidade, conexão, confiança, emoção etc.

A proposta de que as mulheres têm uma visão política diferenciada da masculina não necessita, porém, representar uma adesão ao chamado “pensamento maternal” ou à “ética do cuidado”, as quais julgam que a contribuição política das mulheres deve advir de uma sensibilidade política peculiar para questões relacionadas ao cuidado. Em lugar disso, a razão pela qual se supõe aqui que mulheres atuem em uma esfera política distinta da tradicional se deve a que, sendo mais difícil para elas adentrar e ocupar posições no campo político convencional, elas acabam sendo empurradas para outros domínios políticos que as comportem.

Mulheres tenderiam a ser mais ativas politicamente quando se trata de questões locais, relativas à comunidade e a importar-se mais com a “política do cotidiano” (nos termos de Brito, 2001, p. 193), ou seja, a micropolítica, em oposição à política institucional, relacionada a contextos mais formais, como Parlamentos e eleições. Este tipo de diferença de comportamento se deveria, mais uma vez, à divisão sexual do trabalho e à consequente internalização, por parte das mulheres, da ideia socialmente prevalente de que a política institucional não é um terreno feminino ou que elas não têm as características requeridas para participar desse mundo masculinizado. Além disso, essa política do cotidiano é a que

mais se aproxima das funções que lhes são assignadas em virtude da divisão sexual do trabalho, o que explicaria sua maior tendência a participar de atividades comunitárias e locais. Assim, como propõe Randall (1982) a respeito de formas de ação política pouco organizadas, que tendem a ser praticadas por mulheres, essa política do cotidiano pode consistir em ações não coordenadas, individuais e não reportar-se diretamente ao campo político. Grupos marginalizados têm suas próprias práticas políticas, que não são tão visíveis quanto as formas de participação usadas pelas elites políticas, especialmente quando o conceito de política que se tem em mente é o de política restrita a arenas clássicas. Esse alijamento não se traduziria em um apoliticismo do gênero feminino, mas numa inserção política alternativa (e subordinada), marcada pelo aproveitamento dos nichos de (menor) poder que estariam disponíveis às mulheres num campo político hostil.

Para explicar como a participação política das mulheres latino-americanas é moldada, Craske (1999) argumenta que elas compartilham, independentemente de classe, raça/etnia e nacionalidade, uma identidade comum de mães que tem sido acionada politicamente. Esta identidade, construída religiosamente e dotada de legitimidade social, tem uma dimensão política já que as mulheres a usam para manifestar demandas ao Estado. Portanto, a identidade materna tem um lado empoderador (porque permite às mulheres se mobilizarem sob esta bandeira), mas também impõe restrições. Mães são idealizadas como seres moralmente superiores, mais sensíveis às necessidades da comunidade, o que tende a “constranger a atividade política, não apenas limitando táticas e estratégias, mas também restringindo possibilidades de negociação, o que é uma parte intrínseca do processo político” (Craske, 1999: 4).

2. Breve descrição metodológica do estudo

A discussão teórica sumarizada acima orientou o desenho de um estudo de caso que buscou captar representações sobre gênero e política por meio de entrevistas domiciliares em profundidade, realizado no Distrito Federal, em 2012, com mulheres e homens de diferentes faixas etárias e pertencentes a distintas classes sociais: popular e média². O objetivo foi captar uma diversidade de representações sociais³ sobre os temas investigados, tentando estabelecer, na seleção dos entrevistados, diferentes “estratos sociais, funções e categorias”, como propõem Bauer e Aarts (2007, p. 57), e tentando acessar o fenômeno que se quer explicar – a articulação do gênero com a relação de

² Foram selecionados dois bairros com perfis correspondentes a estas duas classes sociais, definidas a partir do nível de renda médio de seus moradores.

³ Refere-se aqui a um conjunto específico de representações que, no caso de gênero, abrangem questões como divisão sexual do trabalho, relação com o trabalho remunerado, relações de poder intrafamiliares – principalmente ligadas à chefia da unidade domiciliar e tomada de decisões –, identidade de gênero, relação entre representações religiosas e de gênero e ao posicionamento a respeito de aborto e casamento homossexual. No caso de política, as questões foram: relação com políticos e burocratas, percepção sobre candidatura de mulheres à Presidência e ao governo do DF, prevalência de homens na política, percepção sobre ditadura versus democracia, senso de competência política e outras.

homens e mulheres com o campo político - a partir do ponto de vista dos próprios atores envolvidos nele.

As perspectivas a partir das quais grupos marginalizados veem o mundo não são fixas, mas mutáveis histórica e socialmente. A partir delas, têm-se as representações sociais, entendidas no sentido durkheimiano de “crenças culturais, valores morais, símbolos e ideias compartilhados por qualquer grupo humano” (1961 apud Bocock 2007, p. 157). Representações não são construídas de maneira individual e solitária, mas transmitidas intergeracionalmente via processo de socialização, e variam conforme os diversos segmentos sociais. As práticas discursivas revelam não apenas as diferentes maneiras de articular a língua utilizadas pelos variados grupos sociais, mas também suas representações e seus desiguais níveis de acesso aos bens sociais, incluindo status e reconhecimento social.

A análise que segue trata de um conjunto de 29 entrevistas⁴. A tabela abaixo mostra alguns detalhes dessa distribuição.

Tabela 1: Distribuição das entrevistas segundo gênero, classe e faixa etária

		Homem	Mulher
Classe média	Mais jovens (21 a 40 anos)	3	5
	Mais velho/as (41 a 65 anos)	4	3
	Subtotal	7	8
Classe popular	Mais jovens (21 a 40 anos)	3	5
	Mais velho/as (41 a 65 anos)	2	4
	Subtotal	5	9
	Total	12	17

Fonte: Elaboração própria

3 – Representações de gênero e política

Toda a socialização é segmentada por gênero, o que implica a transmissão de padrões de conduta e expectativas diferenciadas para homens e mulheres - ideais de feminilidade e masculinidade criados por cada sociedade, como ressalta Goffman (1977). Decorre daí que as distintas classes de gênero desenvolvem o que o autor chama de “identidades de gênero”, isto é, um senso de si próprio e uma referência para o auto-julgamento que são dados pelo pertencimento ao gênero que lhes corresponde. Dentre as inúmeras maneiras pelas quais poder-se-ia pensar a articulação entre identidades de gênero e inserção política, optou-se por analisar as assunções de gênero que estão na base dos discursos sobre política e ainda as variações que podem ser atribuídas a gênero (e à

⁴ Utilizou-se a recomendação de Gaskell (2007, p.71), de que se façam ao menos duas entrevistas por “tipo” relevante de entrevistado segundo as características selecionadas, que neste caso são homens e mulheres, pertencentes a duas classes sociais distintas e a duas faixas etárias (21 a 40 anos e 41 a 65 anos).

combinação entre gênero, classe e idade/geração), nas formas de pensar e vivenciar a política apresentadas por mulheres e homens.

Dado que o acesso à política ou, de forma mais ampla, ao envolvimento social/público, requer disposições subjetivas que favoreçam a visão da política como algo possível e desejável, é preciso saber como homens e mulheres variam em sua exposição a informações sobre política bem como em suas oportunidades de desenvolver as orientações simbólicas necessárias ao envolvimento político e de se posicionar discursivamente sobre política. A aquisição de tais disposições se faz socialmente, por meio de uma socialização política mediada por instâncias tais como a família, a escola, o mercado de trabalho e os meios de comunicação. Como argumentam Burns *et al* (2001), homens e mulheres são expostos a diferentes tipos de ambiente – mesmo que criados no âmbito de uma mesma família ou educados numa mesma escola – que os “levam a extrair diferentes conclusões sobre a relevância da política para suas vidas”.

3.1 – Valores e papéis familiares/morais e políticos

A importância da socialização de gênero para o entendimento de como se articulam os discursos políticos fica evidenciada pela forma como a casa e a política se interrelacionam. Há uma divisão do trabalho político familiar que atribui ao homem o papel de intermediário entre a família e o mundo externo⁵, assim como há a percepção generalizada de que mulheres se interessam menos por política que homens e conversam menos sobre o tema⁶. É esperado que se usem princípios e valores empregados em outras esferas também na política visto que a exigência de que a vida faça sentido abrange também a esfera política – ainda que, para muitas pessoas, a política permaneça como um campo propositadamente distante e obscuro – e é preciso responder a esta exigência aplicando algum princípio explicativo conhecido.

⁵ A organização da família de classe popular, segundo Sarti (2009, p. 20), está configurada como uma rede de obrigações morais em que o coletivo precede os indivíduos, o que confere um “padrão tradicional de autoridade e hierarquia” que segue a clivagem de gênero, assignando a mulher a uma posição subordinada e o homem ao polo dominante. O fato de que diversa/os entrevistada/os tenham atribuído ao homem um papel mais ativo e de maior responsabilidade que o da mulher, em especial no que se refere a sair para trabalhar e prover o sustento, sinaliza um reconhecimento de que o enfrentamento do mundo externo ainda cabe primordialmente ao homem.

⁶ Os dados provenientes das entrevistas apontam para uma desigualdade de exposição à conversa sobre política. Há uma tendência a não falar sobre política de forma geral e, especialmente, a não entrar em disputas políticas que independe de gênero, o que decorre, em parte, do fato de que a democracia representativa não demanda, nem delas nem deles, um engajamento político mais abrangente que o voto. No entanto, segundo Noelle-Neumann (1995: 44), as clivagens sociais importam no sentido de definir graus de silenciamento. Dentre as pessoas para quem se perguntou quem tem mais interesse por política e com quem costuma falar mais sobre política – homens ou mulheres – a maioria respondeu que homens se interessam e conversam mais. Havendo esse viés, isto é, supondo que essa intuição de que homens gostam mais de conversar sobre política seja usada como guia quando se trata de escolher um interlocutor – ainda quando as pessoas em geral não pensem sobre os motivos por que isso acontece –, decorre que mulheres sejam menos procuradas para tratar desse assunto, o que tenderia a reforçar sua menor exposição à política e seu maior alheamento.

Para citar algumas falas que expressam o entendimento da inserção dos homens na política com base no seu papel doméstico, tem-se, por exemplo, a resposta de Camila⁷, jovem de classe média, ao porquê da prevalência dos homens na política: “Eu acho que, por causa até da sociedade, que o homem comanda: é o homem que lidera até a casa. De uns tempos para cá é que a mulher começou a aparecer mais. Mas eu acho que é por causa disso mesmo: passa de geração em geração, homem é que está ali no controle”. D. Miriam, de classe popular, sublinha a busca de poder na política como extensão do poder detido pelos homens em outras esferas: “Eu acho que, os homens, é para ter mais poder; ele já tem aquele poder por ser homem, né? Aí, na política, dobra mais aquele poder”. Tratar-se-ia de um mecanismo que se inicia fora da política – associado à essência da masculinidade – e que se difunde para ela porque esta é a esfera por excelência de aquisição de poder.

Se a admissão de que os papéis familiares ainda privilegiam os homens politicamente – o que indica uma permanência – há, por outro lado, a percepção de uma mudança. A maioria das pessoas entrevistadas nota que as relações de gênero estão mudando e as mulheres, começando a entrar na política⁸. A feminilidade, tal como entendida predominantemente, impõe obstáculos ao ingresso da mulher no campo, mas também lhes proporciona recursos que podem ser usados politicamente, a começar pela maternidade, base da identidade feminina, que pode e tem sido mobilizada politicamente. Mães são agentes políticas e portadoras de reivindicações ao Estado. Nos termos de Costa (1983, p. 73, citada por Santos (2001, p. 58), a valorização da maternidade imputa à mulher a condição de “mediadora entre os filhos e o Estado”. Mulheres, em especial as mais pobres, interagem mais com agências públicas e, argumenta-se, tendem a ter posições mais favoráveis à provisão de políticas sociais que homens. O trabalho de cuidado lhes oferece uma perspectiva única sobre o papel do Estado. D. Cleide faz referência explicitamente à sua condição de mãe para reclamar a atuação do Estado: “Nós, mães, primeiramente, temos que ser de casa. Porque o governo só manda a conta, né? O governo não sabe o que eu estou passando com ela (*sua filha*), mas eu sei, então eu tenho que fazer a minha parte e eles têm que fazer a deles. (...) Porque o governo está deixando a desejar nessa parte. Ele teria que melhorar muito o lado da infância, ajudar os filhos que pedem socorro”.

A política, por constituir um campo alheio à realidade cotidiana, requer a analogia

⁷ Os nomes utilizados são fictícios. O uso dos pronomes Dona e Seu é feito para distinguir as faixas etárias.

⁸ Todos a/os entrevistada/os que foram questionados se haveria maior presença das mulheres na política hoje do que antes responderam que sim. Nesse sentido, a política é um campo mais marcadamente masculino do que o religioso dado que inexistem dúvidas sobre a preponderância de homens na política ao passo que o mesmo nem sempre se dá em relação às igrejas. A questão do aparecimento recente de mulheres na política não passa despercebida, mas não chega a constituir objeto de reflexão ou surpresa. Assim, há respostas que acusam a simples e completa desconsideração de questões como essa: “Não sei, não tenho nem ideia”; “para mim, tanto faz”. Outros posicionamentos sobre esse ponto serão analisados em articulação com os discursos relativos à compatibilidade entre feminilidade e política.

com outras práticas sociais para que se possa atribuir-lhe sentido. Como argumenta Sarti (2009, p. 139), a família constitui uma “referência simbólica” para pensar a política, o que é evidenciado por diversos traços presentes nos discursos analisados na pesquisa. Como exemplo de analogia com a vida familiar, usada para pensar a política, entrevistada/os propõem que ela seja reformada com os princípios morais da boa educação, cultivada em família: honestidade, caráter, disciplina e hierarquia.

A justificativa dada tanto por homens quanto por mulheres para afastar-se de um campo político considerado imoral é pontuada por referências a valores aprendidos com pai/mãe, como no caso de Fernando: “É algo que a minha mãe me ensinou, eu não imagino a possibilidade de alguém me pegar cometendo um tipo de irregularidade. Então, é questão até de formação mesmo”. E de Ana: “Eu não iria me corromper porque meu pai me ensinou a ser justa e honesta e eu sou. Então, eu seria jogada de escanteio muito rápido porque eu não aceitaria as coisas e não daria certo”. O mesmo raciocínio é usado por outros entrevistados para pronunciar-se sobre como a política poderia ser modificada, o que também é uma forma de os entrevistados, tanto de classe popular quanto média, afirmarem a sua superioridade – ao menos a sua, denegrindo, em alguns casos, os maus modos ou a falta de “conscientização” do brasileiro médio - em relação aos políticos. Eles se dizem portadores de algo que os políticos não têm: valores morais. Wiliam: “Para mudar, eles (os *políticos*) teriam que ter essa conscientização. Ensinar as crianças porque elas vão ser os futuros políticos. (...) Eu acho que a única forma de mudar é dessa forma: ensinando as crianças, as escolas, os pais passando para os filhos.”. Elisabete: “A maioria dos políticos tem curso superior, mas falta um pouquinho mais de educação mesmo, caráter, honestidade mesmo. Isso aí, com estudo, não se adquire, não (*risos*)”.

Se cabe à família prover os princípios morais que serão utilizados na política, alguns concluem que é a decadência da primeira a responsável pela derrocada da segunda. A ordem social mais ampla e a ordem doméstica são vistas como proximamente conectadas. O vínculo que se estabelece entre a casa e a política é resumido na seguinte fala, de seu Ricardo: “Assim como todo mundo fala que a base de toda sociedade é a família, se você tem uma família desestruturada, o país vai ser desestruturado”. Homens mais velhos assinalam mudanças negativas, como a maior intervenção do Estado no âmbito familiar, abalando a autoridade paterna: “Se, hoje, você der um tapa num filho seu, você está arriscado a ir preso. E tem menino: ‘Se o senhor me bater, eu vou dar parte (*risos*)’; ‘O Estado está assumindo essas responsabilidades e não está podendo, não está dando conta. O pai, hoje, não pode reprimir o filho’”. De forma geral, há um lamento pela perda de uma ordem social que se supõe ter havido em tempos passados – que entrevistados mais velhos contam ter vivido – em que a criação dos filhos era mais rígida e as leis eram mais cumpridas ou havia menos violência. Seu Mário, por exemplo, transita, em sua fala, entre o

mundo da casa e o mundo público como se não houvesse distinção: “Quando você perde o respeito dentro de casa, ninguém te obedece mais. Seu filho não te obedece. (...) Eu vejo o exemplo de quando eu tinha 18 anos. Era difícil você ver um jovem dirigindo sem carteira, antes dos 18, porque tinham medo da polícia, porque o pai não deixava, porque o irmão não incentivava. Hoje não, hoje com 12, 13 anos, o moleque está dirigindo e é um orgulho para o pai. (...) Está faltando o punho, uma ordem. Aqui, no Brasil, não tem isso. (...) Falta a lei e falta quem execute a lei”.

3.2 Feminilidade, masculinidade e política

Noções de feminilidade e masculinidade se imbricam com representações sobre política, em especial na medida em que papéis familiares femininos e masculinos são usados como referência para pensar a inserção de mulheres e homens na política. A esse respeito, há evidências empíricas⁹ e argumentos teóricos que apontam no sentido de que a organização familiar tenha implicações políticas. Além do fato de que as famílias constituem locais de discussão política, o que pode ser positivo em termos de engajamento político das mulheres, há outros fatores da organização familiar que beneficiam mais os homens.

Se se entende que o papel familiar do homem o impulsiona em direção à política, o da mulher é visto como limitador de seu engajamento político. No depoimento de Seu José, de classe popular, que preside uma associação, fica explícita a ideia de que as candidatas a cargos políticos enfrentam oposição cerrada em casa: “Ela (*qualquer mulher*) vai sair candidata e o marido não mexe com política: é o que termina causando separação. Isso a gente já viu muito por aí. Na época de política, é igual a carnaval, né? Eu vi muitos casamentos acabarem em época de campanha política, aqui. Mulher trabalhar na política, marido não gostava: aquele negócio, né?”. Por outro lado, Fernando, jovem de classe média, recorre ao papel maternal feminino para explicar por que seria desejável que houvesse mais mulheres na política: “Eu acho que a mulher tem o dom de administrar muito bacana, muito suave. Tiro o exemplo da minha mãe: administra uma casa, um trabalho, filhos, estudo e tal. Só por conta disso, a mulher já é mais capacitada que o homem”. A justificativa que ele provê para sua opinião a respeito da capacidade de gestão das mulheres – o desempenho de sua mãe na gestão de sua vida profissional e familiar – reforça o uso do padrão de pensar em relações familiares como bússola para a política.

A existência de uma “chefia familiar” também diz respeito claramente a uma hierarquia doméstica ainda bastante presente, a qual permite que se pense no que pode

⁹ Burns *et al* (2001) argumentam que a família tem efeitos indiretos sobre a participação política de homens e mulheres, empurrando homens para o mercado de trabalho e para instituições religiosas, o que lhes confere vantagens em termos de recursos e oportunidades de participação, e mantendo as mulheres em casa quando as crianças são pequenas. Além disso, os autores concluem também que a hierarquia doméstica – fator apontado pela teoria feminista – tem também impacto negativo sobre a participação de forma que mulheres são mais ativas quando se expressam livremente em discussões políticas em casa e homens também se tornam mais ativos quando controlam em maior medida as decisões financeiras em âmbito familiar.

haver de comum entre ambos os tipos de poder: o patriarcal familiar e o político. Da mesma maneira com que centram suas ideias sobre as origens dos males políticos em fatores relacionados ao âmbito privado/doméstico, fazem-se analogias entre o papel dos governantes na esfera pública e o papel do chefe de família. Falas como a de seu Mário, que estabelecem uma clara linha de continuidade entre as linhas de comando privadas e públicas, enfatizam que o pai de família deve se fazer obedecer assim como o governante deve saber impor a ordem. Ao ser perguntado sobre como avalia, em linhas gerais, o período referente à ditadura militar, ele responde com uma frase que marca o que considera deva ser o princípio de atuação daquele que bem governa sua casa ou seu país: “Quando você perde o respeito dentro de casa, ninguém te obedece mais...” O papel dos governantes é concebido por analogia com o papel do pai de família. Essa mesma linha de argumentação pode ser usada para justificar que cada grupo – pais de família, de um lado, governantes, de outro – fique em seu lugar.

O cidadão comum faz questão de afirmar a dignidade de seu modo de vida, que gira, em grande parte, em torno de papéis privados/domésticos, em oposição à indignidade dos políticos. A face política da masculinidade fica frequentemente em segundo plano. Seu Ricardo, por exemplo, enxerga um dilema entre papéis familiares e outros e dá precedência ao papel paterno: “Como cidadão, que participa das coisas, eu até que gostaria muito. Mas, se eu desviar essa energia que eu tenho para minha vida, para minha família, se eu desviar para outra coisa, em uma das coisas eu vou comprometer, né? Você vê que um bom político não é um bom pai, um bom profissional, ele não é um bom marido porque ele vai se dedicar muito à empresa e vai deixar a desejar junto à esposa, à família”. Está implícita também a ideia, congruente com a de que as raízes dos problemas políticos encontram-se na vida cotidiana, de que a provisão de uma boa educação doméstica – responsabilidade do pai de família – já é uma contribuição suficiente para a política.

As explicações relativas à predominância dos homens na política e à baixa presença de mulheres nesta esfera frequentemente recorrem a analogias com noções mais amplas de masculinidade e feminilidade. Como argumenta Gutmann (2003), os modelos hegemônicos de masculinidade estão apoiados sobre relações de dominação masculina no âmbito doméstico e nos demais âmbitos sociais, reforçadas, como sublinham análises de casos latino-americanos, pelos impactos deixados por anos de regime militar, inclusive sobre o imaginário da sociedade brasileira a respeito da ordem como valor, como discutido.

Outro recurso ambivalente (no sentido de portador de potencialidades e riscos) de que dispõem as mulheres, também relativo às concepções prevalentes sobre feminilidade, diz respeito à existência de um “estereótipo benevolente” (Sapiro, 2003, p. 616)¹⁰ - que,

¹⁰Sapiro argumenta que a literatura sobre estereótipos de gênero sugere que eles podem ser tanto “benevolentes”

embora redutor e restritivo, pode ser usado politicamente em favor das mulheres. Pensar sobre as mulheres e sua relação com a política implica realizar operações mentais de oposição aos homens. Isso quer dizer que as representações de gênero tendem a opor homens e mulheres, assumindo que elas são “maternais” – emotivas, honestas, dispostas a agradar o outro, mais presas à “moral relacional” (Machado e Barros, 2009, p. 371) e ao “valor-família” (idem) e homens são o oposto disso. Essa distinção segue a linha da “ética do cuidado” e da “política ética”, baseada em autoras como Chodorow e Elshtain.

3.3 Discursos sobre feminilidade e política

Há três tipos de discursos sobre a compatibilidade entre feminilidade e política. Tanto o primeiro quanto o segundo tipos partem da visão do estereótipo benevolente, que chamo de “feminilidade virtuosa”, mas fazem conclusões distintas sobre a desejabilidade da entrada das mulheres na política. O primeiro supõe que as mulheres podem aportar características da feminilidade para o mundo da política, transformando-o. Celebra-se a entrada de mais mulheres na política por este motivo e tende-se a assumir que não haveria obstáculos estruturais ao incremento deste fenômeno. Assim como outros campos sociais, a política foi apenas recentemente aberta às mulheres e é uma questão de tempo até que elas atinjam o mesmo grau de presença dos homens. No entanto, há também a crença em que, por terem características distintas do que predomina na política, as mulheres a evitam. Nesse caso, haveria uma oposição entre feminilidade e política derivada da percepção de que mulheres, percebendo a política tal como ela é, corrupta e masculina, se intimidam e não a buscam.

O segundo tipo de discurso considera que a política muda as mulheres, e não o contrário. Em lugar de transformar a política, melhorando-a, as mulheres é que são corrompidas quando nela penetram. Por causa disso, elas também evitam a política e a política as evita, isto é, a política dispõe de um arcabouço institucional ou está inserida num contexto social mais amplo que restringe a participação feminina.

Esses discursos aparecem nas falas entremeados de referências a duas candidatas de características em vários sentidos opostas: a presidenta Dilma Rousseff e a candidata a governadora nas últimas eleições no Distrito Federal Weslian Roriz, esposa do ex-governador Joaquim Roriz, que se tornou candidata após o impedimento do marido¹¹.

Feminilidade e política são compatíveis e é desejável que o sejam. Essa é a visão expressa por mulheres e homens que são convidada/os a pensar sobre por que a presença de mulheres na política não é tão grande quanto a de homens e o que pensaram a respeito

– de acordo com os quais as mulheres são mais compassivas e, neste caso, o estereótipo atua por meio de “paternalismo protetivo e cavalheirismo” – quanto “hostis”, operando por meio de exclusão e classificando as mulheres como emotivas em excesso.

¹¹ Joaquim Roriz renunciou à candidatura após ter sido impedido pela Lei da Ficha Limpa no Tribunal Superior Eleitoral. No mesmo dia, 02 de outubro de 2010, a candidatura de sua esposa pelo Partido Social Cristão foi lançada. Weslian Roriz notabilizou-se por sua feminilidade convencional, que em nada favoreceu sua campanha.

da candidatura de mulheres para a Presidência da República nas eleições passadas. O raciocínio expresso por muitos consiste em aplicar à política as representações dominantes sobre mulheres – a chamada feminilidade virtuosa –, isto é, supor que as mulheres se comportariam na esfera política assim como fazem em casa, isto é, como mães honestas, emotivas e sensíveis. Assim, dado que a presença das mulheres na política ganhou proporções maiores nas últimas eleições, a novidade deste fato é recebida por muitos (a maioria da/os entrevistada/os) com bons olhos. Para este grupo, o gênero pode ser considerado um atributo que permite prever honestidade num grau que muitos não atribuem ao curso superior, por exemplo, embora não haja esta comparação nos discursos. No entanto, vários dos que julgaram que a educação doméstica – em geral, provida pelas mulheres – é mais efetiva em garantir um bom comportamento do que a escolaridade também consideram que a maior “sensibilidade” feminina teria serventia na política.

As representações das mulheres entrevistadas – independentemente de classe social – não distam muito das representações masculinas sobre as mulheres. Além disso, tanto elas quanto eles explicitam suas representações de forma comparativa, confirmando que a identidade de gênero se constroi pelo antagonismo entre feminino e masculino. D. Renata, por exemplo, afirma que “mulher é muito voltada para o sentimento. Eu sempre acreditei nisso. Então eu sempre achei que elas olhariam para o lado da pobreza, da carência. Eu acho que a mulher pensa mais com o coração. Então, eu acho que a maioria dos homens é muito endurecida, muito prática com as coisas. Eu acho que as mulheres, mesmo sendo no quesito política, eu acho que seria melhor”. Camila reforça o ponto de que os escândalos em geral não envolvem mulheres: “Não sei por que, mas eu acho que as mulheres são mais honestas. Na política, você vê pouco escândalo envolvendo mulher”.

No caso dos homens, argumentos semelhantes são utilizados: menor corrupção associada às mulheres (“Você já viu - deve ter, não vou dizer que não tem - mulher corrupta? Você já viu envolvida em alguma coisa? É muito difícil, não é?”; “Mulher não tem muito instinto de roubar, não. É muito difícil você ver uma mulher metida em coisa errada”) e características da feminilidade que fariam a mulher agir com mais cuidado (mulher é mais centrada, homem é mais afoito) ou de forma mais sentimental (“A mulher tem mais misericórdia do ser humano, o homem é mais durão. A mulher é mais amorosa, mais compreensiva”) e/ou com maior preocupação pelo bem-estar social: (“o olhar da mulher, a palavra da mulher, em questões sociais, isso é muito importante”; “Se ela é motivada mais pela emoção do que pela razão, então, ela vai olhar para aquela pessoa que está passando dificuldade e vai se colocar no lugar dela e: ‘Eu vou tentar fazer alguma coisa. (...)’ O homem é muito razão: ‘Ah, ele está lá? Não estou nem aí. Eu estou aqui, eu estou bem’”. Os principais pontos positivos, elencados por mulheres e homens, potencialmente agregados pela mulher à política são a honestidade e o olhar para questões sociais. Logo, o lugar que

se imagina poderia ser ocupado pelas mulheres na política é o do social – um local de menor prestígio e poder dentro do campo político. A emotividade e o sentimentalismo são características estranhas ao campo político e discriminadas por ele.

O otimismo dos portadores deste discurso – embora eles não sejam os únicos a manifestar tal crença - os leva a, em muitos casos, acreditar que as mulheres poderão eleger-se e ocupar uma proporção cada vez maior de postos políticos com base neste capital advindo do estereótipo da feminilidade. Neste sentido, a eleição de uma mulher para presidente é entendida, por alguns, como prova de que não há mais obstáculos às mulheres na política – quer seja no que se refere à sua circulação no campo político ou ao seu desejo de entrada nele (e de que, caso mais mulheres queiram, elas poderão entrar, sem maiores problemas).

Os recursos da feminilidade que se supõe poder reformar a política são, no entanto, os mesmos que podem afastar as mulheres deste campo. D. Márcia, de classe média, considera que a presença maior de homens na política se deve a que “nem todas as mulheres têm coragem de enfrentar uma política” e que os homens têm esta coragem “porque eles já vão no pensamento de roubar”. A política é vista como uma atividade que requer agressividade e racionalidade instrumental estrita, mais do que princípios. Dado que são menos propensas à corrupção que homens, as mulheres fogem dela.

3.3.1 Gênero como critério para representação política

Como regra geral, não há um clamor para que mais mulheres entrem na política – ainda que se reconheçam as qualidades agregadas pelas mulheres ao campo e que a feminilidade possa não ser vista como um empecilho à entrada nele. Se não é visto como empecilho, porém, tampouco constitui um trunfo. O discurso de que mulheres moralizam a política – ainda que usado por candidatas a seu favor, como afirma Barreira (1998: 26) – parece construído para dar conta da singularidade deste “novo” ator político, mas não para orientar a avaliação de eleitora/es sobre as candidaturas femininas. Se o estereótipo de gênero é acionado para responder à questão da possível existência de diferenças entre mulheres e homens na política, isso não se conjuga com um potencial desejo de ver mais mulheres ocupando cargos políticos. Isso porque a dimensão de gênero simplesmente não é percebida como uma questão para a eleitora/o eleitor comum (“para mim, tanto faz”, “nunca parei para pensar nessa questão, não”) ou, ainda, porque não se considera que o gênero seja um critério legítimo para pautar a ocupação de cargos públicos.

Poder-se-ia supor que, no caso das mulheres, os discursos sublinhados indicariam uma tendência a crer na representação feminina como uma forma de “política de presença” (Phillips, 2001), isto é, uma forma de representação que levaria ao campo político características da feminilidade que permitiriam às mulheres identificar-se com suas representantes, enxergando nelas traços positivos de gênero. No entanto, há poucas razões

para crer que mulheres fariam sua escolha eleitoral com base no gênero das candidatas. Além disso, os elogios à mulher na política apenas surgem quando se levanta este tema específico, mas não quando se questiona a respeito dos políticos e da política em geral. Gênero não aparece nos discursos como uma identidade significativa, em termos políticos, para as mulheres entrevistadas. Há uma condenação moral padrão à escolha eleitoral baseada no gênero da candidata, o que se verifica pela ênfase em afirmar que não se votou em Dilma/Marina/Weslian ou em qualquer outra candidata por se tratar de mulheres, mas por outros critérios que se julgam mais relevantes/aceitáveis: i) competência e projeto político; ii) no caso de Dilma, e, em maior medida, Weslian, confiança na indicação de Lula e Roriz; iii) filiação religiosa da/o candidato/a, no caso de Marina.

Na primeira narrativa – a que enfatiza a competência técnica e/ou a trajetória política em detrimento do gênero -, há uma preocupação em afirmar que se conhecem e se seguem os códigos de conduta próprios ao campo político – sendo que o de gênero não é um deles (ao menos não no caso das candidatas). Assim, Jeremias responde que votaria, sim, em uma mulher, “dependendo das propostas dela”. E quando perguntado se votara em Marina por ser evangélica, ele responde, com uma certa indignação: “Não, o meu voto independe de a pessoa ser evangélica ou não. O que vale, para mim, é o caráter da pessoa, as propostas das pessoas”. A segunda narrativa é a que justifica o voto especificamente em Dilma e Weslian em razão daqueles que são considerados seus “padrinhos políticos”, que já gozavam de ampla popularidade e identificação com o eleitorado. No caso de Dilma, observa-se, em alguns casos, uma tendência a afirmar suas características próprias – masculinas - como um fator adicional de reforço ao voto e, no caso de Weslian, suas características de gênero são citadas como um fator desabonador do voto nela, às vezes superado em virtude de seu padrinho/marido.

O discurso relativo à candidatura de Marina Silva compõe a terceira narrativa contendo critérios de escolha eleitoral considerados mais legítimos do que o gênero da mulher em questão. A alusão à religião de Marina como justificativa para o voto nela é citada por cinco mulheres. Neste sentido, percebe-se que há uma tendência a admitir que o critério religioso é politicamente válido ainda que nem todos os entrevistados que votaram em Marina sejam capazes de defendê-lo abertamente. Camila não se intimida, porém, e declara em resposta à questão de por que escolheu Marina: “Porque ela é cristã e eu sou cristã também. Eu acho que é mais difícil de ela se corromper”. Em seu discurso, à dimensão religiosa, acrescentam-se outras, o que indica uma compreensão de que apenas a cristandade de Marina seria uma razão insuficiente/ilegítima para guiar o voto.

A despeito de que haja uma tendência a considerar a religião e a política como campos opostos – sinalizada pelo rechaço de alguns à ideia de que utilizaram o critério religioso para guiar a escolha política -, observa-se também, e de forma preponderante, a

imbricação entre os dois campos e uma disposição a usar o princípio religioso mais do que o de gênero. O caso de Marina Silva presta-se de forma interessante a esta análise por tratar-se de uma mulher evangélica, que conjuga, portanto, duas identidades acionáveis politicamente. Ela se beneficiaria de eventuais apostas na sua dupla blindagem contra a corrupção: sua condição de mulher e evangélica.

Há ainda outro elemento relevante mais encontrado entre os portadores do primeiro discurso: a crença em que mulheres na política, mais especificamente a presidente Dilma, simbolizam a ascensão social de uma minoria - as mulheres - ao poder. Essa percepção nem sempre é suficiente para levar sua portadora a votar numa mulher - até porque, como já sugerido, a feminilidade não é comumente vista como critério político válido. No entanto, não deixa de haver o reconhecimento de que uma mulher poderá ter interesse maior em agendas femininas. A eleição de Dilma consiste numa poderosa forma de representação simbólica feminina porque aponta a capacidade feminina de ocupar espaços de poder. A simples presença de uma mulher num cargo tão simbólico já evoca algum sentido de identificação por parte de mulheres.

Outra dimensão da representação feminina de Dilma estaria em sua capacidade de atuar em favor de “interesses femininos”. Nesse sentido, a excepcionalidade e a singularidade da presença feminina na política levam a supor que ela procurará atuar em defesa da minoria que integra. A “perspectiva social” de Dilma a tornaria capaz de entender as mulheres e governar em seu favor numa espécie de solidariedade de gênero, para Michele: “Mulher sabe o que as outras mulheres passam. (...) Porque homem, minha filha (*risos*), homem só quer as coisas para ele, o que eles pensam é só para eles. Então, tendo mulher, fica até mais fácil”. Como já sugerido, porém, esse sentido de representatividade, além de não ser alimentado por todas as mulheres, não é considerado uma razão para o voto. Mesmo mulheres que louvam a eleição de uma mulher para a presidência, como D. Luzia (“Agora tem a presidenta lá: eu acho o máximo! Tudo que o homem faz, quando uma mulher começa a fazer, eu acho legal demais.”) afirma não ter votado em Dilma por causa de seu partido.

A descrença em que Dilma poderia promover interesses femininos é respaldada por entrevistado/as como Ana: “Não necessariamente o fato de ser uma mulher no poder quer dizer que ela vá defender mais ou menos os interesses das mulheres”. Dado que não há uma forte identidade política de gênero, também não se manifesta a crença em que uma presidenta poderia advogar “interesses das mulheres”. A própria definição desse termo é improvável. Ao contrário do que acontece em relação à raça, como argumentam Burns e Kinder (2011), a organização social de gênero (o fato de que as mulheres estão distribuídas

entre os homens - como já argumentado por Beauvoir¹²), dificulta que as mulheres desenvolvam um alto senso de identificação com seu próprio grupo. Em decorrência disso também, as mulheres passam pelos mesmos processos de socialização cultural que os homens, o que faz delas portadoras de representações de gênero que lhes reservam um lugar subordinado na sociedade. Daí a maior dificuldade de levar as mulheres a se verem como membros de um “grupo marginalizado imputado”, portador de interesses comuns.

3.3.2 Segundo e terceiro discursos: feminilidade em oposição à política

A suspeição a respeito da atuação política das mulheres é marcante do segundo discurso, aquele que considera a política uma cilada para as mulheres e, portanto, desconfia de que elas poderiam acrescentar algo de positivo a este campo, tanto porque elas próprias falhariam em manter sua virtude quanto porque o campo as desvirtuaria. Observa-se uma tentativa de apegar-se à crença de que a presença das mulheres poderia resultar em algo positivo para a política, porém considera-se essa aposta muito arriscada, que não se está disposto a fazer. Encontram-se argumentos como os de que a mulher tem em si a virtude, mas não consegue ou está impossibilitada de fazê-la germinar na política. A política é estruturalmente corrupta e não pode ser reformada pela infusão de virtude feita por mulheres dado que estas são cooptadas e reproduzem o comportamento próprio do campo.

O ethos político é masculino, daí porque se valoriza e se estigmatiza a mudança que a feminilidade poderia trazer. No entanto, não se crê que uma minoria de mulheres seja capaz de modificar todo o funcionamento de um campo, em que práticas corruptas são percebidas como correntes. Ana é otimista, porém duvida: “A mulher tem uma outra visão das coisas, de um modo geral. Vejo como uma coisa positiva, mas é como eu lhe falei também: isso não quer dizer que vai diminuir corrupção, roubalheira, que vai diminuir essa coisa horrorosa que, realmente, já está instalada aí. É um bom começo, a mulher é mais sensível, observadora, algumas são mais éticas – algumas.(...) Eu acho que já existe um vício muito grande na estrutura. Mas, há possibilidades”.

A avaliação que fazem da presença da mulher na política é que elas se comportam tal como os homens, ou seja, perdem as virtudes da feminilidade. Para os portadores deste discurso, o aumento do número de mulheres não é uma solução adequada para o problema da corrupção na política nem para o problema do comportamento oportunista e indigno de confiança dos políticos. Mulheres, em suma, podem ser mães dedicadas e até moralmente superiores, mas também são seres humanos, ou seja, “a mulher também pode ser balançada pelo interesse. A mulher, também, não é aquela perfeição”, para Seu Ricardo. A esperança de redenção feminina seria vã. Para preservar sua feminilidade/integridade, seria desejável até que elas se afastassem da política, para Fabiana: “Política é um trem tão sujo,

¹²“O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro” dado que as mulheres “vivem dispersas entre os homens, ligadas ...(a elas) mais estreitamente do que a outras mulheres”. Beauvoir (2009, p. 20).

né? E mulher fica se envolvendo com isso, é tão feio...”

Há, portanto, uma suposição de que a feminilidade virtuosa pode ser corrompida por um campo político masculinizado. E há também um entendimento de que a política é um campo que suprime as diferenças de gênero, igualando mulheres a homens, ainda que não seja permeável aos dois gêneros na mesma medida. Se mulheres não agem diferentemente dos homens, a hipótese da representatividade maior das mulheres cai por terra ao menos no que diz respeito à sua capacidade de atuar em benefício das mulheres.

O terceiro discurso – minoritário – é o único a romper com o estereótipo da feminilidade virtuosa. Nem a política as corrompe nem elas a melhoram. A política é um campo em que preocupações de gênero não devem existir porque não se pode saber, a priori, se uma mulher ou um homem fará um melhor trabalho na política. Não porque a política seja um campo em que as diferenças de gênero se anulam – característica do segundo discurso -, mas porque as mulheres não estariam mais predispostas a ser mais honestas na política. A fala de Paulo sintetiza a ideia: “Eu penso o seguinte: humano é humano e política é política. (...) Eu acho que gênero não, sexo não define caráter”.

Em suma, todo o discurso sobre a presença das mulheres na política – tanto o que o celebra quanto o que desconfia de seus efeitos e o que lhe é indiferente – não faz desta uma questão politicamente relevante. Ainda quando se recebe com bons olhos o crescimento do número de mulheres, é de uma perspectiva estereotipada – dada a perpetuação das mulheres como pessoas maternas - e instrumental, ou seja, como algo que poderá trazer efeitos benéficos para as práticas políticas ou para as políticas públicas, e não como uma questão de justiça de gênero, isto é, de inclusão das mulheres em condições de igualdade no campo político. Exceto pelas poucas falas que mencionam a representatividade descritiva de mulheres que chegam ao poder, de forma geral a identidade de gênero passa ao largo das preocupações femininas.

Conclusão

O conceito de política do cotidiano – da política praticada nas interações do dia a dia, em espaços não convencionalmente chamados de políticos – é o que mais se aproxima da visão de política que muitos da/os entrevistada/os nutrem: a política baseada em representações e critérios morais. Não porque a política seja vista como praticada fora dos gabinetes, mas porque os valores associados à política estão presentes nas demais esferas de vida das pessoas e porque a cidadania é entendida como referente à vida cotidiana.

O entendimento e a avaliação da política institucional com base em valores familiares são feitos extensivamente, com relação aos seguintes aspectos: papel dos governantes, avaliação de candidata/os, prevalência dos homens na política e organização da ordem social. Como a família está ordenada sobre bases não democráticas, o uso desta analogia para pensar a ordem política tende a não resultar em posturas políticas

democráticas. As experiências vividas na família constituem a fonte a partir da qual o comportamento político começa a ser moldado, sendo a organização política pensada a partir da doméstica e papéis políticos concebidos a partir de papéis domésticos. Nesse sentido, a interrelação entre valores familiares e políticos, que tenta aproximar a política do âmbito do cotidiano, não produz a sua democratização.

Exemplificando como este fenômeno se fez notar no caso desta pesquisa, observou-se a avaliação do regime militar com base em analogias com a ordem privada que servem para ressaltar a ordem reinante naquela época, em comparação com a desorganização típica da multiplicidade de atores políticos de um regime democrático. Para alguns segmentos, notadamente homens mais velhos, a relevância da família se manifesta especificamente na perda da autoridade paterna que possuíam e, em grande medida, ainda possuem os homens numa ordem familiar que lhes atribui o papel de autoridades mantenedoras da ordem moral. A avaliação que eles fazem das transformações no âmbito da família influencia também sua visão de como a ordem social/pública está sendo alterada. A maior intervenção do Estado na vida familiar com o intuito de assegurar proteção a indivíduos, como crianças e mulheres, que ocupam uma posição de vulnerabilidade, lhes retira parte do poder patriarcal. Isso os leva a acreditar que a autoridade pública está usurpando funções que não lhe cabem e que a política como um todo não funciona tão bem quanto antes, em tempos mais ordeiros e pacíficos. Homens e mulheres mais jovens e escolarizados não têm essa memória positiva dos tempos do regime militar e fazem críticas mais incisivas sobre o cerceamento de liberdades do período. Por outro lado, também estes jovens foram socializados em famílias organizadas de forma ainda tradicional, isto é, marcada pela divisão sexual do trabalho e pelas hierarquias associadas a ela. Sua visão dos papéis masculino e feminino tanto na família quanto na política não demonstra uma renovação geracional relevante.

As representações da relação entre mulheres e política simplesmente tendem a enquadrá-las nos estereótipos já consolidados de feminilidade. Os efeitos disso para a entrada das mulheres na política são mistos: de um lado, é considerado bom que as mulheres, com sua “força moral”, entrem na política; de outro, considera-se que elas devem manter-se afastadas para não se corromper. O uso de estereótipos advindos da domesticidade para julgar as mulheres acaba reforçando, segundo Biroli (2011:86), a “naturalização de características e competências” associadas a elas, o que segmenta e restringe sua circulação no campo político. É, como diagnosticara Sapiro (1984), a continuada marginalização feminina como condenação ao seu pertencimento a dois mundos – o privado e o público.

A participação da mulher na política é vista na forma de estereótipos, relacionados a uma suposta superioridade moral decorrente da maternidade. Interpretar o discurso

maternalista como uma via legítima de entrada das mulheres na política implica eternizá-las nessa feminilidade estereotipada que advém de sua circunscrição ao trabalho não ou mal remunerado de cuidado. O primeiro dos discursos analisados sobre compatibilidade entre feminilidade e política – o da feminilidade virtuosa que transforma a política - reproduz o essencialismo de gênero ao pressupor que mulheres são mais maternais e estão predestinadas a se manter assim. Apesar disso, ele pode ser o mais útil para a promoção dos interesses estratégicos de gênero, isto é, para servir a estratégias eleitorais que justifiquem a demanda por maior presença das mulheres na política em termos que se coadunem com a imagem que o senso comum atribui às mulheres.

O segundo discurso supõe que mulheres tendem a adquirir valores próprios do ethos masculino ao entrar na política e que, são também, portanto, sujeitas à corrupção. Tende-se, nesse caso, a considerar que os incentivos institucionais que constituem o campo político são mais determinantes do comportamento do/as parlamentares do que as identidades de gênero e reconhece-se, assim, que ele é autônomo e sujeito a regras de funcionamento próprias, as quais moldam seus agentes. Diante disso, o essencialismo de gênero pode não se manter, o que representa uma visão menos determinística sobre gênero.

Já entre os portadores do terceiro discurso, encontrado entre homens de maior escolaridade, há ao menos a proposta de que o masculino e o feminino não tenham desigualdade valorativa, isto é, que sejam intercambiáveis porque dotados de igual valor, algo que está no cerne da proposta feminista. No entanto, ele não serve aos interesses feministas porque não faz da paridade de gênero nos espaços de poder uma questão relevante; ao contrário, deslegitima esta preocupação por não acreditar que gênero deveria ser vista como uma variável relevante tanto em termos de discriminação quanto de luta por igualdade. Esse discurso, portanto, fecha os olhos para a desigualdade de gênero e desconsidera a importância da presença de perspectivas sociais distintas no campo político.

Há que se ressaltar ainda que as considerações sobre gênero da/os candidata/os não aparecem espontaneamente nos discursos e que, quando estimulado/as a pensar sobre a importância da categoria gênero para o comportamento dos políticos, a maioria das pessoas rejeita sua legitimidade como critério para balizar a escolha eleitoral. Considera-se, por isso, que gênero é um critério inválido de escolha eleitoral, ainda que constitutivo do campo político, por não ser considerado um fator de promoção da representação política.

Referências Bibliográficas

BARREIRA, Irllys (1998). *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política.

BAUER, Martin e AARTS, Bar (2007). "A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos". In: BAUER, Martin e GASKELL, George (Eds). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, pp.39-63.

- BIROLI, Flávia (2011). "Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico". In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília, julho-dezembro, pp. 71-98
- BOCOCK, Robert (2007). "The cultural formations of modern society", em: HALL, Stuart *et al* (Eds). *Modernity: an introduction to modern societies*. Blackwell publishing: Malden, pp. 148-183.
- BRITO, Maria Noemi (2001). "Gênero e cidadania: referenciais analíticos". In: *Revista de Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1. Florianópolis.
- BURNS, Nancy (2009). "Gender inequality". In: KING, Gary, SCHLOZMAN, Kay e NIE, Norman (Eds). *The future of political science: 100 perspectives*. Taylor & Francis e-library, pp. 151-153.
- _____, SCHLOZMAN, Kay e VERBA, Sidney (2001). *The private roots of public action: gender, equality, and political participation*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____, e KINDER, Donald (2011). "Categorical politics: gender, race, and public opinion". In: BERINSKY, Adam (Ed). *New directions in public opinion*. New York: Routledge, 2011, pp. 139-167.
- CHANT, Sylvia. "Gender in a changing continent", in: CHANT, Sylvia com CRASKE, Nikki. *Gender in Latin America*. New Jersey: Rutgers University Press, 2003, pp. 1-18.
- CRASKE, Nikki (1999). *Women & politics in Latin America*. New Jersey: Rutgers University Press.
- ELSHTAIN, Jean (1998). "Antigone's daughters". In: PHILLIPS, Anne. *Feminism & politics*. Oxford, New York: Oxford University Press, pp.363-377.
- GASKELL, George (2007). "Entrevistas individuais e grupais". In: BAUER, Martin e GASKELL, George (Eds). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, pp.64-89.
- GOFFMAN, Erving (1977). "The arrangement between the sexes". In: *Theory and society*, vol. 4, nº 3 (Outono), pp. 301-331.
- GUTMANN, Matthew (2003). "Introduction: discarding manly dichotomies in Latin America". In: GUTMANN, Matthew (Ed). *Changing men and masculinities in Latin America*. Duke University Press: Durham and London, pp. 1-26.
- HIRATA, Helena e KÉRGOAT, Daniele (2007). "Novas configurações da divisão sexual de trabalho". In: *Cadernos de pesquisa*. Vol. 37, n. 132, pp. 595-609, set/dez.
- MACHADO, MARIA DAS DORES e BARROS, Myriam (2009). "Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as camadas médias e populares do Rio de Janeiro". In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 17 (2), 344: pp. 369-393.
- MIGUEL, Luis Felipe (2001). "Política de interesses, política de desvelo: representação e 'singularidade feminina", em: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n.1, p. 253-267.
- PATEMAN, Carole (1989). *The disorder of women: democracy, feminism, and political theory*. Stanford University Press: Stanford.
- PHILLIPS, Anne (2002). "Does feminism need a conception of civil society?". In: CHAMBERS, Simone e KYMLICKA, Will. *Alternative conceptions of civil society*. Princeton: Princeton University Press, pp. 71-89.
- _____, (2001). "De uma política de ideias a uma política de presença?". In: *Revista de Estudos Feministas*, ano 9, pp. 268-290.
- RANDALL, Vicky (1982). *Women and politics*. New York: St. Martin's Press.
- SANTOS, Michele Candiani *et al* (2001). "O papel masculino dos anos quarenta aos noventa: transformações no ideário", em: *Paidéia*, 11 (20), pp. 57-68.
- SAPIRO, Virginia (2003). "Theorizing gender in political psychology research". In: SEARS, David *et al* (Eds). *Oxford handbook of political psychology*. New York: Oxford University Press, pp. 601-634.
- SARTI, Cynthia (2009). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez.
- WILLIAMS, Melissa (1998). *Voice, trust, and memory: marginalized groups and the failings of liberal representation*. Princeton: Princeton University Press.
- YOUNG, Iris Marion (2000). *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University.